

revista cidades



 UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL

equipe editorial

Cidades é uma publicação voltada à divulgação de pesquisas e reflexões que envolvem a compreensão da problemática urbana a partir de um olhar preferencial, mas não exclusivamente geográfico.

Fundada em 2002 sob a responsabilidade do Grupo de Estudos Urbanos (GEU), ela está hoje sediada na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) sob a responsabilidade de um Conselho Editorial que, em 2020, assumiu a revista sob o compromisso com a pluralidade na produção do conhecimento no campo dos estudos urbanos.

A revista tem como objetivo contribuir para ampliar nossa capacidade de ler e interpretar o processo de urbanização e as cidades num período em que tem se aprofundado a complexidade das relações que orientam processos e dinâmicas e se aceleram o ritmo das transformações.

Cidades está vinculada à linha de pesquisa Produção do espaço urbano-regional do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFFS.

Publicação sob responsabilidade da Universidade Federal da Fronteira Sul
Rodovia SC 484 - Km 02, - Chapecó, SC,
Brasil. CEP 89815-899
ISSN (online) 2448-1092

cidades.uffs.edu.br
@revistacidades



volume 15 | número 24 | ano 2023

Conselho editorial

Dr.^a Catherine Chatel

Université Paris Cité, França

Dr. Igor Catalão

Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil

Dr. Márcio José Catelan

Universidade Estadual Paulista, Brasil

Dr. Oscar Sobarzo

Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Dr. William Ribeiro

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Responsável editorial

Dr. Igor Catalão

Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil

Direção de arte e design

Arq. e Urb. Amanda Rosin de Oliveira

Universidade de São Paulo, Brasil

Equipe de apoio

Me. Carliana Grosseli

Universidade Estadual do Oeste do Paraná,
Brasil

Me. João Henrique Zoehler Lemos

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Vitor Hugo Batista

Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil

Bibliotecária responsável

Franciele Scaglioni da Cruz

Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil

Projeto gráfico e diagramação

AROLab | Amanda Rosin de Oliveira

Capa: Colagem autoral por Inayara Sampaio




Esta revista está licenciada sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

Conselho Editorial Internacional


Dr.^a Alicia Lindón, Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa, México, alicia.lindon@gmail.com
Dr.^a Ana Fani Alessandri Carlos, Universidade de São Paulo, Brasil, anafanic@usp.br
Dr. Angelo Serpa, Universidade Federal da Bahia, Brasil, angeloserpa@hotmail.com
Dr.^a Aurélia Michel, Université Paris Cité, França, aurelia.michel@univ-paris-diderot.fr
Dr. Carles Carreras, Universitat de Barcelona, Espanha, ccarreras@ub.edu
Dr.^a Carme Bellet, Universitat de Lleida, Espanha, carme.bellet@udl.cat
Dr.^a Claudia Damasceno, École des Hautes Études en Sciences Sociales, França, claudia.damasceno@ehess.fr
Dr.^a Diana Lan, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Argentina, dlan@fch.unicen.edu.ar
Dr.^a Doralice Sátyro Maia, Universidade Federal da Paraíba, Brasil, dsatyromaia@gmail.com
Dr. Federico Arenas, Pontificia Universidad Católica de Chile, Chile, farenasv@uc.cl
Dr. Gabriel Silvestre, University of Sheffield, Reino Unido, g.silvestre@sheffield.ac.uk
Dr. Horacio Capel, Universitat de Barcelona, Espanha, hcapel@ub.edu
Dr. Jan Bitoun, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil, bitounjan@gmail.com
Dr. José Borzachiello da Silva, Universidade Federal do Ceará, Brasil, borzajose@gmail.com
Dr. Laurent Vidal, Université de La Rochelle, França, lvidal@univ-lr.fr
Dr.^a Leila Christina Dias, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, leila@cfh.ufsc.br
Dr.^a Luciana Buffalo, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina, lubuffalo@gmail.com
Dr. Luis Alberto Salinas Arreortua, Universidad Nacional Autónoma de México, México, luis_arreortua@hotmail.com
Dr.^a Maria Encarnação Beltrão Sposito, Universidade Estadual Paulista, Brasil, mebsposito@gmail.com
Dr.^a María Laura Silveira, Conicet/Universidad de Buenos Aires, Argentina, maria.laura.silveira.1@gmail.com
Dr.^a Odette Carvalho de Lima Seabra, Universidade de São Paulo, Brasil, odseabra@usp.br
Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil, paulo.soares@ufrgs.br
Dr. Pedro de Almeida Vasconcelos, Universidade Federal da Bahia, Brasil, pavascon@uol.com.br
Dr. Roberto Lobato Corrêa, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil, lobatocorrea39@gmail.com
Dr. Rodrigo Hidalgo, Pontificia Universidad Católica de Chile, Chile, rodrigohidalgogeo@gmail.com
Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Junior, Universidade Federal do Pará, Brasil, stclair-jr@hotmail.com
Dr.^a Tatiana Schor, Universidade Federal do Amazonas, Brasil, tatiana.schor@gmail.com
Dr. Vincent Berdoulay, Université de Pau et des Pays de l'Adour, França, vincent.berdoulay@univ-pau.fr

índice




P.05 - 08

APRESENTAÇÃO



P.09 - 10


**POLÍTICA
EDITORIAL**



P.11 - 20

**HOJE, A
INTELIGÊNCIA
ESPACIAL**

JAQUES LEVY



P.21 - 48

**LA
FRAGMENTACIÓN
SOCIOESPACIAL A
TRAVÉS DE LA VIDA
COTIDIANA:**
Análisis de prácticas
espaciales de
habitantes de
Marabá-PA (Brasil)


**ALEJANDRO
MORCUENDE;
JEAN LEGROUX**



P.49 - 61

**DEBATE SOBRE
MUNICÍPIOS DE
PEQUENO PORTE
I NA POLÍTICA
DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL**

**PAULA FONSECA
DO NASCIMENTO**




P.62 - 87

**OS TERRITÓRIOS
PERIFÉRICOS DA
METRÓPOLE DE SÃO
PAULO:**

Do "Desenvolvimento
desigual e
combinado" à
"Desconstrução
realmente existente"

**DANIEL MANZIONE
GIAVAROTTI**




P.88 - 111

**FACES
CONTEMPORÂNEAS
DA URBANIZAÇÃO
E DO URBANO NO
BRASIL**

Um caso do
semiárido

**DENISE ELIAS;
RENATO PEQUENO**



P.112 - 152

**MOVIMENTOS
SOCIAIS URBANOS
E CIDADANIAS
PERIFÉRICAS
INSURGENTES:**

A luta dos moradores
do Calabar
(Salvador, BA) pelo
direito à cidade

**RAIQUE LUCAS DE JESUS
CORREIA; GABRIEL BARROS
GONÇALVES DE SOUZA;
JOSÉ EUCLIMAR XAVIER DE
MENEZES**

OS TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS DA METRÓPOLE DE SÃO PAULO: DO “DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO” À “DESCONSTRUÇÃO REALMENTE EXISTENTE” *

DANIEL MANZIONE GIAVAROTTI

Universidade de São Paulo

manzione79@gmail.com

RESUMO

Tomando como ponto de partida nossas pesquisas sobre o Jardim Ibirapuera, loteamento periférico da Zona Sul do município de São Paulo (BR), defendemos a tese de que o poder heurístico da teoria do desenvolvimento desigual e combinado para se pensar a relação que os territórios periféricos em formação estabeleceram com a centralidade da acumulação do capital se tornou inadequado diante dos desdobramentos contraditórios da própria modernização e metropolização de São Paulo ao longo do século XX. Nossa tese é que a modernização de São Paulo ao lograr seu intento levou à crise do trabalho e o colapso da modernização, modificando radicalmente a relação que as famílias moradoras dos territórios periféricos estabelecem doravante com a reprodução do capital. O colapso, no entanto, não produziu uma desclassificação generalizada, mas desencadeou a emergência de novas disparidades sociais, econômicas e espaciais resultantes das diferentes temporalidades inscritas na formação e reprodução das periferias, dando testemunho de um processo de desconstrução realmente existente que não se coaduna facilmente com o antagonismo de classes legado pelo marxismo tradicional, demandando uma transformação de sua interpretação e crítica.

PALAVRAS-CHAVE: São Paulo, metropolização, periferização, desenvolvimento desigual e combinado, desconstrução realmente existente.



Esta revista está licenciada sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

THE PERIPHERAL TERRITORIES OF THE METROPOLIS OF SÃO PAULO: FROM “UNEVEN AND COMBINED DEVELOPMENT” TO “ACTUALLY EXISTING DECONSTRUCTION”

ABSTRACT

Taking as a starting point our research on Jardim Ibirapuera, a peripheral subdivision in the South Zone of the city of São Paulo (BR), we defend the thesis that the heuristic power of the theory of uneven and combined development to think about the relationship that the peripheral territories in formation established with the centrality of capital accumulation became inadequate in the face of the contradictory developments of São Paulo's own modernization and metropolization throughout the 20th century. Our thesis is that the modernization of São Paulo, in achieving its purpose, led to the crisis of labor and the collapse of modernization, radically modifying the relationship that the families living in the peripheral territories establish from now on with the reproduction of capital. The collapse, however, did not produce a generalized declassification, but triggered the emergence of new social, economic and spatial disparities resulting from the different temporalities inscribed in the formation and reproduction of the peripheries, testifying to a really existing process of deconstruction that does not easily fit together with the class antagonism bequeathed by traditional Marxism, demanding a transformation of its interpretation and criticism.

KEYWORDS: São Paulo, metropolization, periferization, uneven and combined development, actually existing deconstruction.

LOS TERRITORIOS PERIFÉRICOS DE LA METRÓPOLIS DE SÃO PAULO: DEL “DESARROLLO DESIGUAL Y COMBINADO” A LA “DESCONSTRUCCIÓN REALMENTE EXISTENTE”

RESUMEN

Tomando como punto de partida nuestra investigación sobre Jardim Ibirapuera, un fraccionamiento periférico de la Zona Sur de la ciudad de São Paulo (BR), defendemos la tesis de que el poder heurístico de la teoría del desarrollo desigual y combinado para pensar la relación que los territorios periféricos en formación establecidos con la centralidad de la acumulación de capital se tornaron inadecuados frente a los desarrollos contradictorios de la propia modernización y metropolización de São Paulo a lo largo del siglo XX. Nuestra tesis es que la modernización de São Paulo, al lograr su propósito, condujo a la crisis del trabajo y al colapso de la modernización, modificando radicalmente la relación que las familias que habitan los territorios periféricos establecen en adelante con la reproducción del capital. El colapso, sin embargo, no produjo una desclasificación generalizada, sino que desencadenó el surgimiento de nuevas disparidades sociales, económicas y espaciales resultantes de las diferentes temporalidades inscritas en la formación y reproducción de las periferias, testimoniando un proceso de deconstrucción realmente existente que no encaja fácilmente con el antagonismo de clase legado por el marxismo tradicional, exigiendo una transformación de su interpretación y crítica.

PALABRAS CLAVE: São Paulo, metropolización, periferización, desarrollo desigual y combinado, el deconstrucción realmente existente.

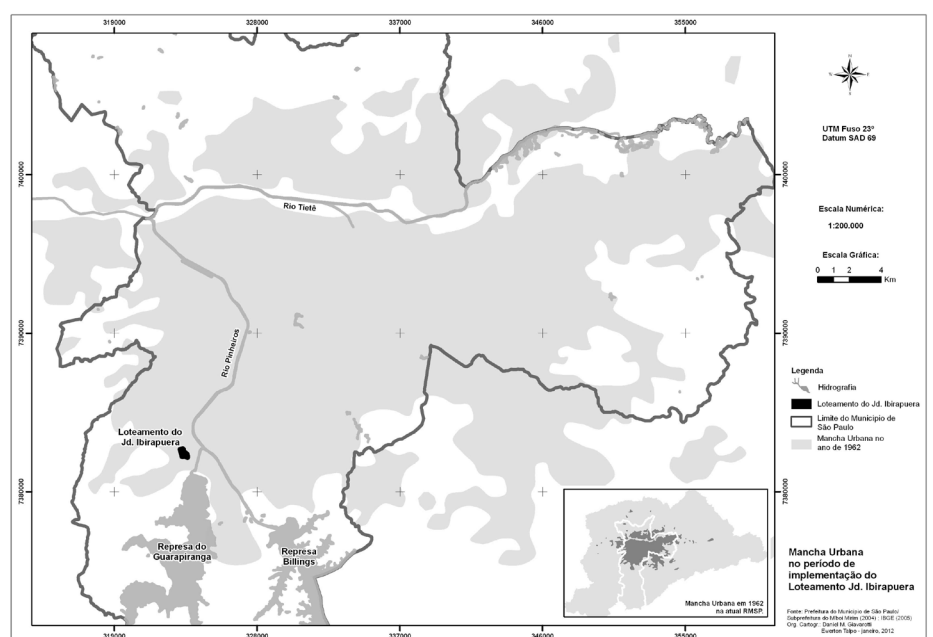
1 | INTRODUÇÃO

A revisão crítica que aqui apresentamos de interpretações consagradas sobre o processo de metropolização de São Paulo via expansão de periferias e autoconstrução de moradias se fundamenta em nossas pesquisas sobre um bairro periférico da zona sul do município de São Paulo chamado Jardim Ibirapuera (GIAVAROTTI, 2012; 2018). A implantação deste loteamento com 460 lotes de 250 m² cada se deu no ano de 1962 (vide mapa 1) como um empreendimento familiar, quando São Paulo se encontrava em franco processo de industrialização e metropolização (SEABRA, 2003), embora a propriedade remonte a uma gleba de terra da qual se tem o primeiro registro cartorial em 1921 (GIAVAROTTI, 2012: p.104-110). Ou seja, sua implantação responde a uma demanda por espaço personificada por migrantes nacionais liberados das regiões (OLIVEIRA, 1977) e tornados trabalhadores duplamente livres (GAUDEMAR, 1977) que alcançavam São Paulo e tornavam-se em sua maioria trabalhadores assalariados dos capitais urbano-industriais ali instalados. Muito embora o processo migratório e a metropolização de São Paulo

associada a um aumento demográfico inaudito no país apontassem para sua tão almejada modernização, a forma de reprodução destes trabalhadores e suas famílias consubstanciavam um “desajuste extravagante” (SCHWARZ, 1999, p.156). Nos referimos aqui à autoconstrução de suas moradias em seus tempos livres e que desafiavam a tão exortada e desejada modernização, já que parecia se opor ao mercado e não se coadunava com a sociedade moderna pelo seu caráter arcaico ou não-tipicamente capitalista. Discutimos este desajuste extravagante em nossas pesquisas (GIAVAROTTI, 2012, 2016, 2018, 2022) a partir da experiência de algumas famílias moradoras do Jardim Ibirapuera, buscando pensar a relação que este modo de reprodução estabelecia com a mobilidade do trabalho dos membros daquelas famílias desde a chegada em São Paulo até os dias de hoje.

Neste artigo nos amparamos em nosso acúmulo de pesquisas qualitativas sobre esta periferia e suas famílias moradoras, mas realizamos uma revisão crítica das interpretações que se debruçaram sobre o mesmo problema,

* Este artigo resulta de pesquisa de pós-doutorado realizada no Programa de Pós-graduação em Filosofia da FFLCH-USP e é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPESP).



tencionando discutir a inadequação de certos aportes teóricos marxistas à luz dos desdobramentos contraditórios da própria modernização que, ao superar certos problemas, aporta novos que demandam uma transformação nos termos de sua interpretação e crítica.

O artigo está dividido em cinco partes. Na primeira parte apresentamos algumas interpretações marxistas que lidaram com o problema da autoconstrução de moradias pela classe trabalhadora em formação, buscando compreender sua funcionalidade para a reprodução ampliada do capital à luz da teoria do “desenvolvimento desigual e combinado”. Orientada pelo desejo de uma práxis da classe trabalhadora a reflexão de Oliveira subsume a prática da autoconstrução à totalidade do trabalho ao interpretá-la como trabalho não-pago. Tal reflexão remete o leitor à superexploração das forças de trabalho que ocorria em âmbito produtivo, pois lá residiria o cerne das condições precárias de reprodução dos trabalhadores. No segundo item nos debruçamos sobre a emergência dos novos movimentos sociais urbanos que nas décadas de 1970 e 1980 tiveram maior incidência na disputa pelo fundo público (via produção do espaço), desarranjando a teleologia própria ao marxismo ao deslocar o local de organização de suas lutas das unidades produtivas para o cotidiano (SADER, 1995). Diante disso demonstramos como o autor reconhece o lugar ocupado pelos projetos familiares na adesão à autoconstrução destas famílias migrantes e, desta forma, desafia a interpretação produtiva feita por Oliveira. Diante disto sugerimos que foi principalmente como pequenos proprietários urbanos num contexto de metropolização de São Paulo que aqueles novos personagens entraram em cena, demandando uma massiva produção do espaço (aprovisionamento

de infraestrutura). No terceiro item discutimos como o caráter contraditório da produção do espaço reivindicada pelos movimentos sociais foi, de um lado, investindo-os como sujeitos de direito e impulsionando-os em direção à sua inserção num quadro urbano e, de outro, dilacerando as relações vicinais pregressas que fizeram emergir os próprios movimentos sociais ao desatar os nós da “solidariedade forçada” (MARICATO, 1982) que dava conteúdo socioespacial àquele cotidiano. No próximo item discutimos como a emergência destes novos movimentos sociais sustentaram a aposta feita por Oliveira em 1988 sobre o fundo público, muito embora o colapso da modernização na década de 1990 ter provocado uma ruptura na reprodução das famílias moradoras que não poderiam ser dirimidos apenas pela politização dos conflitos distributivos proporcionado pelo fundo público. No penúltimo item discutimos os efeitos do colapso sobre a população moradora do Jardim Ibirapuera e imediações, criticando a suposição de que tal teria produzido uma “desclassificação generalizada” (SCHOLZ, 2008). Por fim, no último item, discutimos como a estratificação socioeconômica e espacial decorrente do colapso e das temporalidades distintas inscritas em sua formação e reprodução dão origem a novas disparidades sociais *pari passu* à determinação do capital fictício, modificando os termos da incorporação das famílias moradoras à reprodução do capital. Diante do quadro apresentado e à guisa de conclusão, apontamos a necessidade de uma superação da teoria do desenvolvimento desigual e combinado como do próprio marxismo tradicional (POSTONE, 2014) para se pensar na mobilidade do trabalho

e nas condições de reprodução das famílias moradoras, defendendo a tese de que os territórios periféricos dão testemunho de uma “desconstrução realmente existente” (SCHOLZ, 2014).

2 | MODERNIZAÇÃO RETARDATÁRIA E AUTOCONSTRUÇÃO: O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO

Segundo Oliveira (2003b), os pesquisadores Sérgio Ferro (1968 [2006]) e Rodrigo Lefebvre foram os primeiros a reconhecer que o acesso à moradia pela classe trabalhadora urbana envolvia, incontornavelmente, o chamado mutirão ou autoconstrução (MARICATO, 1983; BONDUKI, 2011; GIAVAROTTI, 2021 e 2018). Tal descoberta de campo levou Oliveira a perfilhar um “paradoxo” da reprodução capitalista no Brasil, qual seja, de que “também os operários, sobretudo da safra industrializante dos anos 1950, são proprietários de suas residências” (2003b, p.130).

A constatação deste “paradoxo” levou o autor a realizar uma importante interpretação crítica sobre o processo de produção daquelas moradias. Segundo sua perspectiva essa deveria ser interpretada como um expediente de exploração da força de trabalho sob a forma da mais-valia absoluta (MARX, 1985b, p.105-112) pois se caracterizava como extensão da jornada de trabalho para além dos muros da fábrica, avançando sobre o tempo livre daqueles trabalhadores. Ou seja, a adesão à autoconstrução por parte das famílias migrantes tornadas trabalhadoras urbanas a partir da safra industrializante confirmava que os salários recebidos se encontravam abaixo de seus custos de reprodução, lhes exigindo estender a jornada de trabalho para fazerem valer o seu direito à habitação. Este tempo de trabalho reificado sob a forma da moradia autoconstruída, ao ser subtraído aos salários, garantia a apropriação de maiores taxas de mais-valia pelos capitais urbano-industriais que empregavam aquelas forças de trabalho. A partir desta interpretação o autor delineava, em chave crítica, o caráter desigual e combinado (TROTSKY *apud* LOWY, 1998) da “expansão do capitalismo no Brasil” no qual a autoconstrução, a agricultura e o setor terciário ocupavam o polo arcaico e os capitais urbano-industriais o polo moderno, retroalimentando-se no desígnio da acumulação de capital¹. Apesar do caráter estrutural da interpretação de Oliveira, o autor não deixava de ressaltar as “razões históricas” que igualmente concorreriam para esta configuração particular entre os setores², recusando as interpretações da teoria marxista da dependência (MARINI, 1973) ao vislumbrar a possibilidade de uma resposta política à escala nacional para a superação daquele estado de coisas por meio da luta de classes e a disputa do poder político.

Ainda na década de 1970, Lúcio Kowarick, refletindo sobre a urbanização de São Paulo, reiterava que a existência de uma superpopulação relativa às necessidades do capital na forma de um exército industrial de reserva forçava os salários aquém dos seus custos de reprodução. Neste sentido Kowarick (1980) acusava um rebaixamento dos salários também resultante de uma dinâmica populacional própria da lei geral da acumulação capitalista (MARX, 1985b, p.187-259). Porém, diferentemente de Oliveira, o autor não deixava de ressaltar que o modelo econômico implementado pela ditadura civil-militar teria jogado um papel

1 Ou nos termos do próprio autor, de um lado relações de produção “não-tipicamente capitalistas” e, de outro, “relações tipicamente capitalistas”.

2 Como a impossibilidade de capitalização do terciário em razão do imperativo da industrialização tardia (cf. OLIVEIRA, 2003a, p. 67-68).

relevante na superoferta relativa de trabalhadores em São Paulo ao modernizar as relações de trabalho no campo via importação de pacotes tecnológicos (a chamada revolução verde), empurrando colonos, moradores, agregados, posseiros e suas famílias à migração. Coroaria a precariedade das condições de reprodução da classe trabalhadora urbana a vedação à sua participação política nos rumos da modernização brasileira ao reprimir energicamente a existência de órgãos de classe representativos e capazes de disputar uma redistribuição do valor socialmente produzido pela classe trabalhadora.

Como afirmado anteriormente, os termos da contradição capital/trabalho no contexto de modernização retardatária (KURZ, 1993) significou uma forma particular da produção do espaço e, portanto, da própria metropolização. Sérgio Ferro (2006 [1968]), arquiteto, foi um dos primeiros a publicar uma descrição pormenorizada e qualitativa da “casa popular” (FERRO, 2006, p.61-67). Sua análise permitia vislumbrar uma forma particular de produção do espaço que envolvia técnicas rudimentares, baixíssima produtividade do trabalho e mínima capitalização, materiais de construção de segunda mão, a formação da pequena propriedade urbana, assim como a presença do dinheiro, embora escassa, a mediar algumas relações implicadas naquele processo (GIAVAROTTI, 2012). O avanço na apreensão qualitativa do processo autoconstrutivo foi reforçado, por exemplo, por Ermínia Maricato ([1976] 1982), também arquiteta, em seu texto “Autoconstrução, a arquitetura possível”. Ali a autora interpretava o mutirão como “solidariedade forçada” (1982, p.71) reiterando o esquema de Oliveira no que se refere à relação que esta estabelecia com a acumulação de capital.

A autoconstrução esteve indissociavelmente vinculada àquilo que Arlete Rodrigues e Manoel Seabra qualificaram como uma “espécie de reprodução ampliada da periferização” (RODRIGUES e SEABRA, 1986, p.24). Se por um lado a abertura de loteamentos periféricos no entorno da cidade oferecia preços mais acessíveis à terra para as famílias migrantes, por outro interferia decisivamente em seu preço. A progressiva ocupação do solo urbano e o processo de autoconstrução, associados ao lento provisionamento de infraestrutura e abertura de ruas, provocavam aumentos no preço da terra, forçando as novas levas de migrantes a buscarem loteamentos mais distantes. Por esse mecanismo se configurava um processo de suburbanização e, por sua vez, uma metropolização extensiva da cidade de São Paulo. Já Kowarick discutiu a “ocupação desordenada do solo” (1980, p.29-53) promovida por esta reprodução ampliada da periferização nos termos de uma “espoliação urbana” (KOWARICK, 1980). Este conceito buscou dar conta de outras formas de precariedade urbana que incidiram sobre as condições de reprodução da classe trabalhadora urbana, não imediatamente redutíveis ao conflito capital-trabalho. Isto é, questões que remetiam ao chamado salário indireto na forma das condições gerais de produção (LOJKINE, 1979) como infraestrutura, saneamento básico, transporte, energia elétrica, etc. Produção do espaço, em suma, oferecendo a seus leitores uma maior aproximação à condição proletária e identificando aí uma somatória de extorsões para além da superexploração das forças de trabalho em âmbito produtivo.

Nesse sentido a forma de acesso à habitação por meio da autoconstrução, impossível de ser desvinculada da reprodução ampliada da periferização, nos permitiria considerar a metropolização de São Paulo em sua totalidade como desigual e combinada. Em outras palavras, a expansão da fronteira urbana subjacente ao processo descrito confirmaria aquilo que Neil Smith definiu como

uma “expansão urbana absoluta” (SMITH, 1988, p.198) e em dois sentidos. O primeiro deles diz respeito à expansão absoluta do tecido urbano e o simulacro de pioneirismo que as famílias migrantes autoconstrutoras representaram. Já o segundo, inspirado em Oliveira, se refere ao fato de que a autoconstrução das moradias se assentou em mais-valia absoluta (MARX, 1985, p.147-163), extensão da jornada de trabalho, confirmando as leituras que observaram as relações sociais e vicinais que se forjavam nestes espaços mormente à luz da lógica produtiva.

Como se pode perceber, a interpretação da relação entre os setores da economia nacional pelas lentes do desenvolvimento desigual e combinado consubstanciado na interpretação que Oliveira produziu e que se tornou canônica, está incontornavelmente determinada pelo impulso de modernização retardatária das relações de produção em grande parte do território rumo à chamada integração nacional. Em outras palavras, a subsunção teórica da prática da autoconstrução das moradias à totalidade do trabalho abstrato (MARX, 1985, p.315) é próprio de um momento histórico no qual estes migrantes tornados trabalhadores urbanos eram incorporados por capitais produtivos (i.e, produtores de mais-valia) e, por sua vez, um raciocínio orientado pela práxis da luta de classes (disputa do mais-valor) de modo a superar os mecanismos políticos responsáveis por reproduzir o “arcaico” no moderno e vice-versa.

2.1 | FAMÍLIA, COTIDIANO E NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

No entanto a superexploração das forças de trabalho, bem como as condições precárias de moradia e infraestrutura brevemente apresentadas foram desafiadas pela emergência dos novos movimentos sociais de São Paulo a partir da década de 1970. E tal emergência não apenas produziu transformações nas condições de vida das famílias moradoras destas periferias, mas também nas ciências humanas. De acordo com Telles (1986) um importantíssimo efeito, tributário das reflexões de Francisco Weffort e José Álvaro Moisés, teria sido a “‘descoberta’ da sociedade como lugar da política” (TELLES, 1986, p.62) levando, por sua vez, à descoberta do cotidiano. Tal descoberta, todavia, não se dava apenas à revelia da “institucionalidade vigente”, mas também do “estruturalismo” apresentado no primeiro item e que marcou a interpretação da metropolização de São Paulo e da autoconstrução. Sader (1995) explicitou de forma contundente esta crítica ao debater o problema da reprodução da força de trabalho inspirado pelas reflexões de Henri Lefebvre (1973). De acordo com o autor, não bastaria constatar que o trabalhador se reproduz, mas se tornava imperativo saber “como se reproduz [...] exerce sua inevitável liberdade” (SADER, 1995, p.100), deslocando a noção de reprodução da força de trabalho para aquela relativa à “reprodução das relações sociais” (LEFEBVRE, 1973). Em parte, sua pergunta já havia sido respondida pelo marxismo estruturalista que criticava, quando identificava que o acesso à habitação pela classe trabalhadora em formação resultava de sobretrabalho e de relações “não-tipicamente capitalistas (OLIVEIRA, 2003a, p.65). Mas, como veremos, sua pergunta estava em busca de respostas para a emergência daqueles movimentos sociais.

A partir desta mudança no modo de apreensão da reprodução da força de trabalho que, de seu ponto de vista, “não é indiferente para o sentido do curso da história, para o rumo das lutas de classe, para a conformação da

sociedade” (SADER, 1995, p.99-100), o autor assinala a necessidade de se ter em conta que o local de moradia, como momento central da reprodução das relações de produção, “constitui um espaço coletivo, onde habita uma unidade doméstica, quase sempre uma família” (SADER, 1995, p.100 – grifo do autor). Tal observação já nos indica a necessidade de se ter em conta outros conteúdos socioespaciais da metropolização de São Paulo que não se restringiam aos ardis da superexploração dos trabalhadores pelo capital ou ainda à falta de investimento estatal nas condições de produção (salário indireto). Seu apontamento indicava a necessidade de sopesar a esfera familiar no processo de acumulação de capital e, por sua vez, de metropolização, embora suas considerações não recorressem à sua estrita funcionalidade para os primeiros, mas interessasse do ponto de vista da práxis política, como já afirmado. Ou seja, de acordo com o autor não haveria equivalência possível entre estes momentos pois “a família é sede de outros valores e princípios de funcionamento que não [são] redutíveis” (1995, p.101) à lógica da acumulação e das assimetrias de poder.

Embora discordemos da interpretação de Sader sobre a família, a inclusão desta dimensão cotidiana nos permite reconhecer o caráter *fragmentário da totalidade* (SCHOLZ, 2009) constituída pelo capital. Isto é, a progressiva “universalização da família nuclear” (SCHOLZ, 2022) que se dá *pari passu* à metropolização de São Paulo desafia o modo de compreensão da autoconstrução proposto por Oliveira, já que os valores compartilhados pelos membros das famílias (nos termos de Sader) se distinguem da racionalidade econômica *strictu sensu* que determina a acumulação de capital. Esta ponderação nos permite ler à revelia a afirmação de que a aquisição da casa própria não poderia ser reduzida apenas às “razões instrumentais: deixar de pagar aluguel e tornar os dispêndios com habitação uma reserva de valor” (1995, p.111). Tal responderia a “um valor cultural profundamente arraigado afirmado: a busca da estabilidade contra as incertezas de mudanças não queridas, a segurança para a coesão familiar” (1995, p.111 – grifo nosso), Tais nos parecem muito assemelhados com os valores patriarcais, todavia determinado pela mencionada expansão absoluta do espaço que permitiu³ àquelas famílias nucleares tornarem-se progressivamente “pequenos proprietários urbanos” (FERRO, 2006, p.64-65). Em outras palavras, estas famílias nucleares foram uma espécie muito particular de pioneiros responsáveis pela expansão da fronteira urbana por meio da aquisição de posses e/ou propriedades fundiárias, e nos parece possível afirmar que é a partir desta condição particular (pequenos proprietários urbanos) que tais emergem na cena política⁴, como veremos adiante. Refutando a teleologia própria à luta de

3 Um de nossos interlocutores definiu assim o início de formação do Jardim Ibirapuera: “porque na verdade era interior aqui, aqui era interiorização mesmo” (GIAVAROTTI, 2012, p.93). Para uma apresentação mais demorada sobre esta problemática remeto o leitor à minha dissertação (GIAVAROTTI, 2012). Apesar das qualidades particulares do “modo de vida” experimentado neste momento da modernização e metropolização de São Paulo, não se deve aqui identifica-la ao “bairro” estudado por Seabra (2003) ou ainda ao “subúrbio” investigado por Martins (1992). Tal deve ser compreendido como um momento “não-simultâneo” (KURZ, 2001) da modernização de São Paulo em direção à sua plena realização, isto é, sua crise.

4 Somado às três as matrizes discursivas identificadas pelo autor: a) o “cristianismo das comunidades de base” (1995, p.146); b) “o marxismo de uma esquerda dispersa” (1995, p.167) e c) o “novo sindicalismo” (1995, p.178). Vale notar que simultaneamente à presença do cristianismo das comunidades fornecendo identidade aos novos movimentos sociais urbanos, já estava em curso entre as classes populares uma importante conversão de católicos ao protestantismo, mais exatamente ao neopentecostalismo (SPYER, 2021). Fica ainda por explorar a qualidade patriarcal daquela experiência à luz destas matrizes discursivas.

classes⁵ e que orientou a interpretação sobre a autoconstrução feita por Oliveira (como já afirmado), a emergência destes novos movimentos sociais teria criado a possibilidade, dada pelo processo de democratização, de construção de uma relação virtuosamente conflituosa entre Estado e sociedade civil, aplacada pelos 24 anos de ditadura civil-militar⁶. Vislumbrava-se aí a possibilidade de que aquilo que teria se dado à revelia da institucionalidade vigente e dos imperativos econômicos a ele atrelados, poderia encontrar e/ou criar daí em diante os meios e canais institucionais que lhes permitiriam se expressar politicamente e mudar o curso da história.

2.2 | A PRODUÇÃO DO ESPAÇO CONTRA O COTIDIANO

Muito embora o processo de metropolização por expansão de periferias e a autoconstrução tenham sido simultaneamente a expressão urbana da superexploração da força de trabalho em esfera produtiva e da desigual distribuição do chamado salário indireto sob a forma das condições gerais de produção (apreendido por Kowarick com a noção de espoliação urbana), os novos movimentos sociais urbanos endereçaram suas reivindicações para sanar primordialmente aquelas precariedades diretamente conectadas ao fundo público. Nas palavras de José Álvaro Moisés “é ao nível da superposição imediata dos seus interesses, como consumidores da cidade, que esses moradores apareciam na cena urbana” (MOISÉS, 1982, p.21 – grifo do autor). As transformações decorrentes da modernização de São Paulo, com a enorme concentração de atividades produtivas e o decorrente aprofundamento da divisão social do trabalho, somadas ao extraordinário fluxo migrante, impunha “a emergência de necessidades sociais e urbanas novas para a sobrevivência da população” (1982, p.17). Essas necessidades colocavam o Estado e o fundo público como um destinatário e financiador incontornável, porquanto tais necessidades e reivindicações a elas vinculadas não poderiam ser atendidas, parcial ou integralmente, pela iniciativa privada. Em outros termos, o conflito distributivo entre capital e trabalho passava necessariamente pelo Estado e sua arrecadação e não estritamente pelo chão de fábrica.

Visto deste ponto de vista, talvez Moisés tenha dito mais do que imaginava ao afirmar que era na condição de consumidores da cidade que estes movimentos sociais apareciam na cena pública, e não como seus produtores, o que também eram⁷. Na condição de consumidores e diante do imperativo da modernização

5 Discutindo o conceito de classe “objetivamente dada” e sua “elaboração ‘subjéctiva’” a partir de Marx o autor afirma que “no caso dos novos movimentos sociais eles se dão no solo da condição proletária, mas é elaborada de um modo tal que os contornos classistas se diluem” (SADER, 1995, p.49). E logo em seguida escreve que aquilo que “desafiou a inteligência dos que se interessaram pelo fenômeno foi a emergência de uma nova configuração dos trabalhadores, uma outra identidade social, nova forma de representação coletiva” (SADER, 1995, p.50).

6 “Contra a imagem que nos foi legada pela tradição do pensamento político brasileiro que pontificava o seu amorfismo e dependência em relação ao Estado, a nova produção [teórica] construiu a imagem de uma sociedade cheia de virtualidades porque palco de práticas associativas e de luta e, sobretudo, porque lugar onde se dava a auto-organização dos trabalhadores, apesar das condições opressivas impostas ao fechamento de sindicatos e partidos como espaços possíveis para sua articulação” (TELLES, 1982, p.58).

7 “A urbanização como negócio econômico cria a possibilidade da presença dessa indústria, a da construção, sempre crescente e renovada, principalmente nas grandes cidades, e os termos da absorção dos seus trabalhadores são enquanto temporários, muitas vezes, sequer remunerados, ou sem registros, envolvidos em promessas não cumpridas” (DAMIANI, 1999, p.127).

da cidade, o próprio substrato cotidiano (o “interiorzão” já mencionado) acabava por ser compreendido como “um nível desigualmente desenvolvido [...] diante do econômico e do político” (DAMIANI, 1999, p.162-163) que carecia desenvolver-se. Daí que o atendimento àquelas reivindicações ligadas ao consumo da cidade, que se realizavam como produção do espaço concorrerá para um progressivo aniquilamento daquele substrato cotidiano⁸. Ou seja, se, por um lado a reivindicação dos movimentos sociais apontava para a necessidade de que o Estado viesse a cumprir suas funções estruturais (KURZ, 1997) num contexto de imposição da sociedade do trabalho e sua metropolização, por outro, esta extraordinária atuação estatal também traria mudanças qualitativas no quadro de vida urbano. Nos termos de Damiani, “a lógica do Estado, [complementar] à lógica da mercadoria [vai] igualizando as desigualdades” (DAMIANI, 1999, p.51), de modo a fazer com que “toda a racionalidade econômica e política [pese] sobre o cotidiano, enquanto vivido” (1999, p.52).

A partir de uma perspectiva teórica informada das reflexões de Henri Lefebvre e que toma a forma-mercadoria e o valor de troca como objetos da crítica (DAMIANI, 1999) a autora assinala o caráter “alienador” da produção do espaço⁹. Esse, ao impingir uma transformação não-desprezível na relação daqueles sujeitos com as formas de uso do espaço e do tempo pgressos, joga luz sobre algo naturalizado na perspectiva de Sader e nos permite lidar contraditoriamente com a realização das reivindicações daqueles movimentos sociais. Portanto, recobra a dimensão produtiva (portanto, alienada) da “linguagem dos direitos” que estaria proporcionando a almejada participação popular nos rumos da política institucional. Em outras palavras, a reflexão de Damiani (1999) assinala a enormidade de investimentos estatais envolvidos na produção daquelas infraestruturas indispensáveis ao quadro de vida urbano, assim como sua função do ponto de vista da acumulação de capital ao mobilizar grandes contingentes de trabalhadores simples e complexos em relações sociais heterônomas¹⁰.

Este ponto de vista da crítica¹¹ nos permite observar que o aparecimento daqueles novos personagens em cena, assim como suas conquistas sob a forma do direito, foram progressivamente minando as práticas sócio-espaciais cotidianas que permitiram frutificar determinadas organizações comunitárias. Em outras palavras, foi precisamente em razão de uma concentração de capital inaudita em certos ramos da produção do espaço (e não de sua falta) e, portanto, de sua modernização, que as razões histórico-geográficas que levaram à constituição daquele cotidiano popular e o aparecimento dos movimentos sociais, fossem,

8 “A produção do espaço envolve, francamente, a indústria da construção pesada e civil, e outros subsetores agregados, os conhecimentos de arquitetura e urbanismo e uma inserção do Estado potencializado – como contratante, na criação de normas, códigos e legislações. Gravita em torno e a partir da cidade, mais amplamente, do tecido urbano” (DAMIANI, 1999, p.122).

9 “Esses são os termos da urbanização, como setor que reproduz e amplia as bases do capitalismo, combinando cruelmente, expropriação e exploração de milhões de pessoas” (DAMIANI, 1999, p.129).

10 “O BNH – Banco Nacional de Habitação – sempre teve o papel de incentivo à atividade na indústria da construção, que aparecia enquanto geração de novos e de maior quantidade de empregos. A essa indústria foram destinados créditos abundantes” (DAMIANI, 1999, p.123).

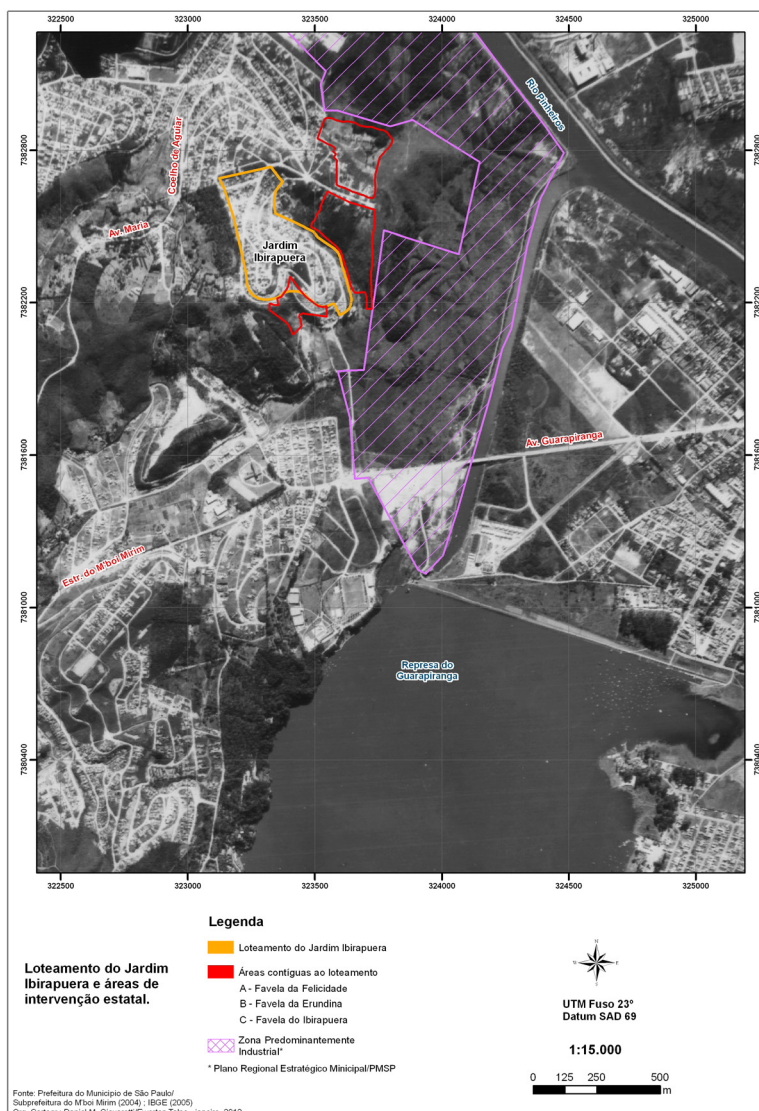
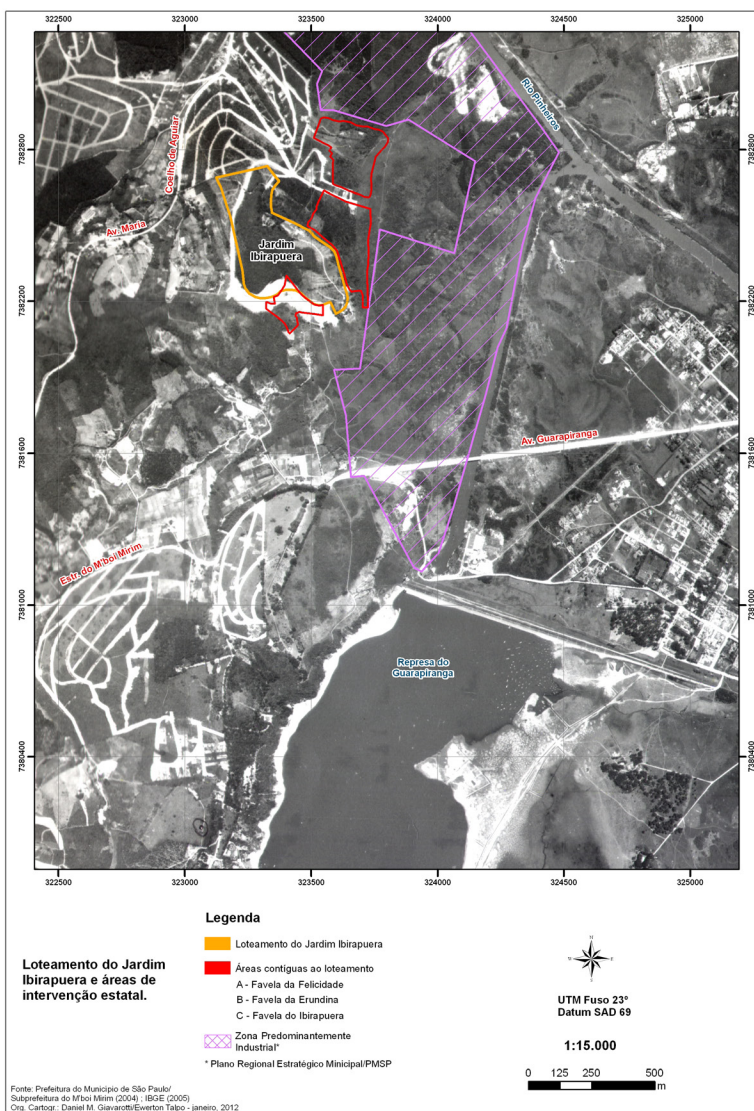
11 O que se pode verificar a partir destas observações de Damiani (1999) é uma apropriação distinta dos escritos de Lefebvre por uma geração de pesquisadores e pesquisadoras do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (Damiani, 1999; Seabra, 2003), contemporâneas de Sader (1995).

contraditoriamente, superados. Não apenas porque, na medida em que as carências urbanas eram atendidas as reivindicações perdiam suas razões de ser, mas porque a produção do espaço fortemente capitalizada, tecnicada e tecnocrática, dependente de um enorme aparato estatal, associada com o lento, embora progressivo término das moradias autoconstruídas, iam lentamente desatando os nós daquela solidariedade forçada (GIAVAROTTI, 2018, p.183) que robustecia laços familiares e comunitários¹². Portanto, se é possível dizer que a criação dos canais institucionais de participação oferecia a possibilidade inédita das classes

12 Em nossos trabalhos de campo a memória das práticas políticas vicinais organizadas pelas primeiras famílias moradoras há alguns anos atrás era um muro velho desgastado onde a muito custo lia-se “Associação dos Amigos de Bairro”. Embora atualmente essa construção seja hoje utilizada por uma organização não-governamental criada por moradores do próprio bairro, seus métodos de ação guardam muitas diferenças com as práticas políticas comunitárias pregressas (GIAVAROTTI, 2012; 2016; 2018)

1955

1962

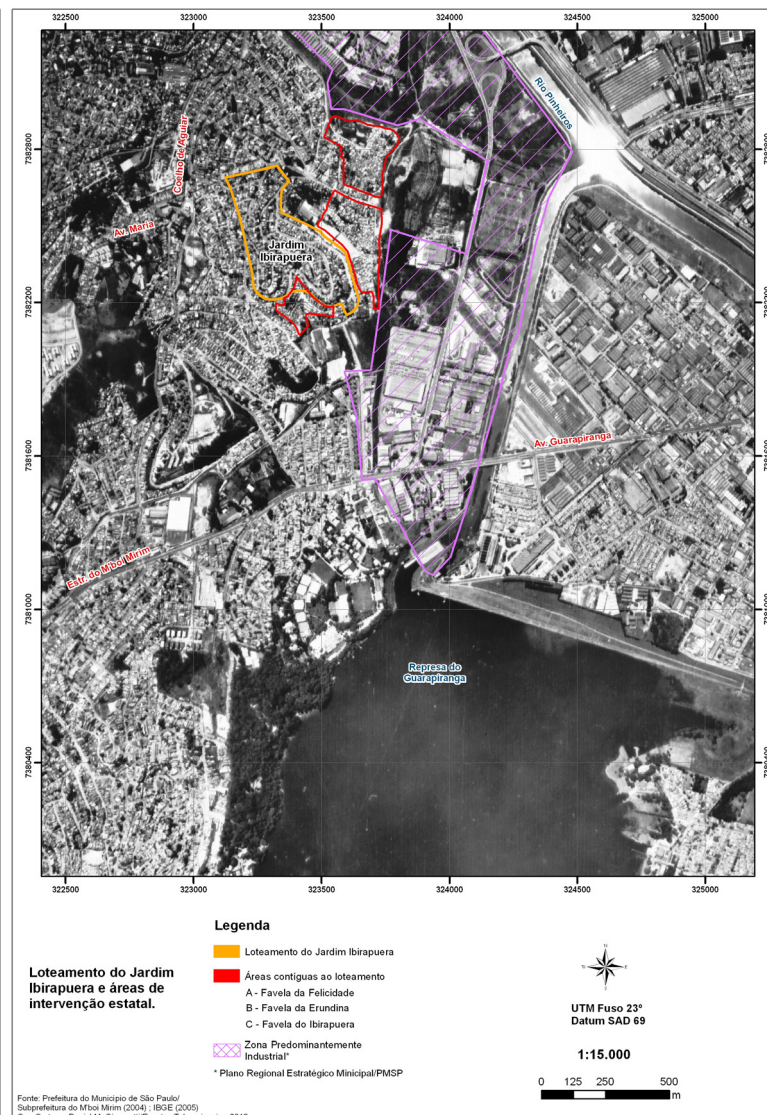
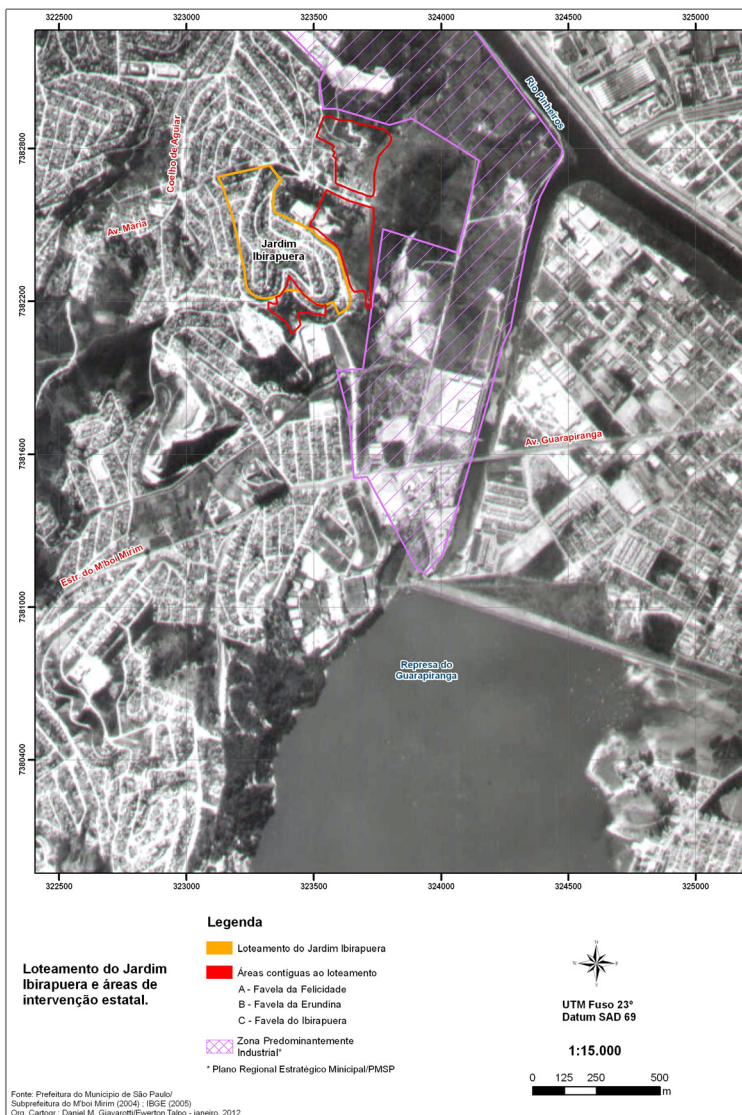


populares intervirem politicamente nos rumos da modernização brasileira, a própria realização das reivindicações mais imediatas já vinha transformando de maneira irreversível o cotidiano daqueles territórios periféricos no sentido de uma crescente atomização de suas famílias moradoras à medida que a dependência reificada (MARX, 1985, p.231) ia progressivamente colonizando e dilacerando aquele cotidiano. Algo assemelhado às transformações no bairro do Limão (São Paulo/SP) entre o fim do século XIX e início do XX estudados por Seabra (2003), o qual lhe permite identificar um ponto de não-retorno quando o mesmo alcança seu momento reprodutivo (2003, p.61), tornando-se parte sistêmica do circuito do capital¹³, no qual se inclui o próprio direito como mediação incontornável da

13 Sugerimos em nossa dissertação (GIAVAROTTI, 2012) que as periferias autoconstruídas, a partir da produção estatal do espaço e decorrente consolidação destas ao tecido urbano, teriam igualmente entrado em seus momentos reprodutivos e não mais de formação.

1972

1994



relação entre sociedade civil e Estado. Desta possibilidade, aqui observada em sua dimensão contraditória, é que se alimentará a aposta de Oliveira e tantos outros pesquisadores. (Vide fotos aéreas a seguir de 1955, 1962, 1972, 1994)

3 | A APOSTA NO FUNDO PÚBLICO E O COLAPSO DA MODERNIZAÇÃO

No artigo *Os direitos do antivalor* Francisco de Oliveira (1988) irá formular sua “aposta” (TELLES, 2006) acerca do novo lugar ocupado pelo Estado na promissora nascente democracia. Este, a partir da constituição de uma “esfera pública”, com “regras universais e pactadas” (1988, p.20), doravante mediará a concertação dos interesses contraditórios do capital e do trabalho. Seu fundamento seria a existência de um fundo público capaz de operar como um “pressuposto” da acumulação do capital e da reprodução da força de trabalho “atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais” (OLIVEIRA, 1998, p.20). As reflexões apresentadas neste período sintetizavam ideias já expostas pelo autor sobre a fase monopolista do capitalismo, na qual o conflito distributivo entre capital e trabalho teria se deslocado definitivamente para o coração do aparelho do Estado¹⁴ e, desta feita, as relações econômicas se politizado, transformando os termos da luta de classes, crescentemente mediada pela institucionalidade estatal. Deixando em segundo plano as condições de reprodução da classe trabalhadora, Oliveira (1988) centra daí em diante suas reflexões nas disputas ocorridas ao nível político, visto que as condições institucionais da disputa do fundo público por meio da participação política estavam dadas. Já não se encontrava no horizonte de suas reflexões os mecanismos ardilosos de extração de trabalho excedente, como visto em sua interpretação sobre a autoconstrução na década de 1970, na medida em que o fundo público e os “direitos do antivalor” teriam se tornado a panaceia para a resolução do conflito capital-trabalho, para além da disputa do salário indireto, pois tudo havia se tornando institucionalmente regulável, inclusive a determinação da taxa de lucro. No entanto, seis anos depois da aposta de Oliveira o crítico literário Roberto Schwarz faz (1999) uma intervenção, decerto desalentadora frente ao entusiasmo da recém-democracia, para apreender as determinações fundamentais do país naquele fim de século. De acordo com sua perspectiva a sociedade brasileira estava testemunhando e experimentando a crise do projeto nacional desenvolvimentista, i.e, o colapso da modernização, já que sua intervenção reproduz em seus traços fundamentais o argumento do livro de mesmo nome (KURZ, 1993). O colapso da modernização, livro publicado em 1992, oferece uma interpretação da obra de Karl Marx que concebe a contradição do capitalismo em termos distintos daquele do marxismo tradicional (POSTONE, 2014). De acordo com sua formulação a contradição basilar do capitalismo não se define pelos interesses antagônicos de suas duas classes fundamentais (capitalistas e trabalhadores), mas da lógica imanente ao capital que em seu desenvolvimento serra o galho sobre o qual se fundamenta, isto é, o trabalho. Como um sistema que tem como seu intento fundamental a valorização do valor e a reprodução ampliada do capital, a modernização dos processos

14 “É evidente que o tamanho e a magnitude da taxa de lucro nascem da relação direta entre o trabalho e o capital; mas a determinação dessa taxa de lucro passou a dar-se agora no coração do aparelho do Estado, por fenômenos que são próprios do capitalismo monopolista [...] no capitalismo da fase monopolista há várias barreiras à entrada de novos concorrenciais, isto é, o capitalismo monopolista politiza as relações econômicas ao máximo [...]” (OLIVEIRA, 1983, p.52 – grifo nosso).

produtivos determinada pela concorrência produz uma contínua substituição de trabalhadores por máquinas. Esta substituição secular mina, por sua vez, o fundamento do capital (a exploração do trabalho vivo), fazendo com que o capital entre em uma crise irreversível, enquanto a valorização do valor permanece sendo sua finalidade. O colapso, portanto, é a incapacidade de que a exploração do trabalho vivo, crescentemente expulsa dos processos produtivos de mais-valor, sustente a acumulação do capital que, por sua vez, torna-se fictícia (KURZ, 2019). É este raciocínio que está cifrado na menção que faz Schwarz dos “novos saltos tecnológicos e a globalização da economia” (1999, p.158) já que a modernização desencadeou igualmente a centralização de capital monetário no sistema financeiro, a globalização dos capitais e a fragmentação das cadeias produtivas em escala mundial. Do ponto de vista dos países de modernização retardatária como o Brasil, o colapso se manifestou como uma “impossibilidade crescente [...] de se incorporarem enquanto nações e de modo socialmente coeso ao progresso do capitalismo” (1999, p.160), levando a sociedade a viver um franco processo de “desagregação”. Tal desagregação se manifestava, por exemplo, numa crise do assalariamento e, por sua vez, no surgimento de uma população formada por “ex-proletários virtuais” (1999, p.160) ou “sujeitos monetários sem dinheiro” (KURZ *apud* SCHWARZ, 1999) promovido pelo franco processo de desindustrialização do país.

Nesse sentido, a aposta de Oliveira sofre um revés na medida em que, embora o fundo público tenha se tornado um ex-ante da reprodução social, o nexos trabalho-salário-consumo vai perdendo sua capacidade coesiva em razão do colapso. Daí que a “questão social” vai se impondo de forma cada vez mais proeminente nas grandes metrópoles e torna-se um tópico central em muitas pesquisas sobre periferia a partir do século XXI. A territorialização de organizações da sociedade civil nos territórios periféricos é evidência cabal desse processo (GIAVAROTTI, 2012, 2016). Embora a apresentação do colapso na intervenção de Schwarz tenha dimensão nacional, é evidente que seus efeitos catastróficos se deram de maneira muito desigual ao longo do território. No caso aqui estudado, nossas pesquisas indicam que os territórios periféricos sofreram de maneira mais aguda este processo, já que historicamente a reprodução das famílias moradoras das periferias esteve determinada pela reprodução ampliada dos capitais urbano-industriais. Daí que esta ruptura histórica produziu transformações fundamentais na exercício da mobilidade do trabalho (Gaudemar, 1977) das novas gerações (GIAVAROTTI, 2012; 2018) com, por exemplo, a emergência da figura do empresário de si próprio que, em muitos aspectos (GIAVAROTTI, 2018), faz eco à sugestão de Schwarz de que a realidade começava a se parecer “com a terra movediça postulada pelo desconstrucionismo” (1999, p.158), manifesta na “desestabilização dos sujeitos, das identidades, dos significados, das teleologias” (1999, p.158). Embora telegráfico, os elementos elencados por Schwarz aqui indicam uma crise irreversível da classe trabalhadora e, por sua vez, o projeto que historicamente portou, já que o chão sob o qual se assentava desfez-se em razão dos novos saltos produtivos.

4 | A DESCONSTRUÇÃO REALMENTE EXISTENTE A PARTIR DA PERIFERIA

O processo de desagregação social e de crise do assalariamento determinados pelo colapso da modernização durante a década de 1990, como já afirmamos acima, tomado em termos lógicos sugere um processo de desclassificação social generalizado entre a classe trabalhadora urbana à medida que o desenvolvimento das forças produtivas avança e, no caso do Brasil, a desindustrialização também. No entanto, é preciso suspender a “suposição que todos ‘nós’ somos atingidos pela crise imediatamente e sem distinção” (SCHOLZ, 2012). Ou ainda que “perante a bomba (atômica) do colapso, todos ‘nós’ ficamos iguais” (SCHOLZ, 2012). Apesar do caráter totalizante do colapso, quando temos em conta a heterogeneidade do mercado de trabalho (trabalhadores simples e complexos), as assimetrias entre cargos e salários, as diferenças entre setores mais ou menos atingidos, as clivagens de raça e de gênero, dentre outros, se torna possível vislumbrar que seus efeitos desastrosos se realizam como uma evidente estratificação socioeconômica. Nossas pesquisas qualitativas sobre o Jardim Ibirapuera nos permitiram identificar que esta estratificação também é determinada pelas diversas temporalidades que marcaram sua formação e sua reprodução na metrópole de São Paulo.

Quando temos em conta as trajetórias de mobilidade do trabalho das famílias pioneiras (GIAVAROTTI, 2012 e 2018) é incontestável a vinculação que aquelas estabeleceram com o acesso à posse/propriedade fundiária, como já discutido. Famílias que atualmente se encontram na condição de pequenas proprietárias urbanas em paralelo à própria consolidação dos loteamentos periféricos que autoconstruíram. Esta geração de moradores, invariavelmente localizados nas áreas mais aprovisionadas do Jardim Ibirapuera em razão das lutas comunitárias que moveram, reivindicando o fundo público sob a forma da produção do espaço, já se encontram em sua maioria aposentados. Na condição de pequenos proprietários e aposentados, gozam de relativa estabilidade imobiliária e financeira, podendo inclusive negociar os cômodos de seus imóveis para inquilinos diversos¹⁵. Já a segunda geração destas famílias pioneiras, naturais de São Paulo, não apenas experimentou transformações importantíssimas no exercício da mobilidade do trabalho com a obrigatoriedade da educação formal (GAUDEMAR, 1977) e o avanço do setor terciário (TELLES, 2006), como viveu de forma aguda o desemprego estrutural e a atualização da “viração” sob a forma do empresariamento de si próprios decorrente do colapso da modernização. Nesse sentido, experimentaram uma mobilidade do trabalho muito distinta daquela de seus pais na medida em que viveram a superação negativa do assalariamento (GIAVAROTTI, 2012 e 2016) e um decorrente recrudescimento da concorrência no mercado de trabalho ao se tornarem relativamente redundantes para as necessidades do capital. Por outro lado, é um grupo de moradores que se viu relativamente liberado do tempo de trabalho necessário despendido nas casas autoconstruídas por seus pais (nas quais também se envolveram quando crianças) (GIAVAROTTI, 2018), dos quais experimentam algum tipo de usufruto. Como herdeiros destes parques patrimônios também podem, a depender dos percalços vividos num mercado de trabalho mais concorrencial, se valerem dos imóveis, seja para angariarem algum complemento de renda, seja para se livrarem de custos com aluguel, seja para arriscarem a abertura de algum microempreendimento (cf. GIAVAROTTI, 2018). Todas estas opções evidentemente mediadas pela família e

15 Conferir as trajetórias de Eleonora e Nelson em nossa tese de doutorado (GIAVAROTTI, 2018: p. 11-18).

pelo patriarcado em crise (SCHOLZ, 2012), o qual também se manifesta em suas trajetórias conjugais, amiúde morando na casa ou no mesmo lote de seus pais, denotando uma crescente desvinculação entre constituição familiar e aquisição de propriedade imobiliária que organizou a formação das periferias, como já exposto. Neste particular, uma observação se faz necessária. Os novos usos do ambiente autoconstruído em sua relação com as transformações nas dinâmicas familiares das novas gerações encontrados em nossos campos explicitam a crescente inadequação da teoria do desenvolvimento desigual e combinado para compreender a relação que a periferia autoconstruída estabelece com a centralidade da acumulação do capital. De um lado temos que a finalização destas moradias foi progressivamente extinguindo o tempo de trabalho socialmente necessário (antes vertido sobre o tempo livre das famílias) que um dia supostamente a conectou à valorização do valor dentro das unidades produtivas. De outro, a crise do assalariamento finalmente rompeu aquele elo que conectava diretamente o tempo livre dos trabalhadores ao tempo produtivo dos capitais que os empregavam. É evidente que novos andares nas casas já estabelecidas não deixaram de ser autoconstruídas, mas o nexos que estabelecem com a reprodução do capital já é de superfluidade e não de incorporação e superexploração.

Vale mencionar ainda que, assim como a educação formal se tornou um imperativo do exercício da mobilidade do trabalho desta geração, com a possível punição de famílias que não colocassem seus filhos na escola, cresceu exponencialmente a demanda por cursos de qualificação de suas forças de trabalho. Ou seja, ao mesmo tempo que havia uma redução dos custos com habitação, às vezes até mesmo se transformando em renda (GIAVAROTTI, 2018), as transformações no mundo do trabalho vieram aumentando e diversificando os custos de reprodução (e qualificação) destas novas forças de trabalho. Ainda neste particular vale considerar que esta geração de naturais de São Paulo era muito mais integrada e permeável à indústria cultural e, portanto, às crescentes necessidades induzidas pela sociedade de consumo. Esta geração que viveu de forma mais aguda os efeitos do colapso¹⁶ é que será majoritariamente assimilada pelo comércio ilegal de drogas nestes territórios (por vezes se tornando gerentes (cf. GIAVAROTTI, 2018)) a partir da entrada do Brasil na rota internacional do tráfico de cocaína na década de 1990 (cf. FELTRAN, 2018). Será exatamente esta geração que, ao narrar suas trajetórias de vida e trabalho contabilizam os amigos e conhecidos mortos, em especial aqueles vitimados pelas cadeias de vendeta, antes da centralização promovida pelo Primeiro Comando da Capital (PCC). Vale mencionar que a existência de uma prática comercial fortemente capitalizada como o tráfico de drogas em meio aos territórios periféricos também teve efeitos na estratificação social, como atesta a frase “viver pouco como um rei / ou muito como um Zé” (Vida Loka (parte 2), 2003) do Racionais MC’s, dentre tantas outras letras do grupo.

16 Comentando sobre as condições de vida na época de lançamento do Holocausto Urbano Mano Brown descreve a cena assim que chegou na casa de outro integrante da banda, Ice Blue: “chego lá, tem quinze mano sentado no chão com as canelas cinzenta, tudo desempregado assim ó, na rua do Blue mano, ele junto com os cara, eu falei “meu Deus do céu mano!”. Daquele jeito, cabelo pra cortar, aí os cara pra disfarçar catava a tesoura e cortava dos lado. Ridículo, entendeu? Pobreza parceiro! Ali é o que faz o malandro virar a mente entendeu? Se o cara não tem um rap pra se apegar ele vai pensar o pior malandro. Quinze malandro sentado no chão, sem nada pra fazer, vai fazer o quê?” (BROWN, 2017).

A estratificação sócio-econômica e espacial se aprofunda quando temos em conta a trajetória de migrantes chegados na metrópole de São Paulo após o colapso, a partir das décadas de 1990 e 2000 (cf. GIAVAROTTI, 2018). Este contingente populacional se deparou com periferias urbanizadas e consolidadas, marcadas por uma exígua disponibilidade de espaço. O incremento populacional provocado pelos processos migratórios durante estas décadas, apesar de negativo com relação às décadas anteriores, não só aumentou a oferta de trabalhadores no mercado, aprofundando a concorrência, como personificou uma demanda por espaço por vezes atendida pelo mercado imobiliário popular operado pelas famílias pioneiras, o que não impediu ocupações irregulares de terrenos de uso público ou privado, como pudemos perceber pela formação de três favelas que circundam o Jardim Ibirapuera (favelas da Felicidade, Erundina e Ibirapuera (GIAVAROTTI, 2012), evidenciando as dificuldades financeiras vividas por estas pessoas¹⁷. Importante mencionar que a diferença de preços das terras estabelecidas entre as áreas já consolidadas e urbanizadas e as favelas (resultantes de ocupações) fez dos “barracos” existentes nas favelas uma fonte de rendimento para famílias melhor estabelecidas financeiramente. Um de nossos interlocutores utilizou a indenização recebida por sua demissão de uma fábrica metalúrgica para comprar dois “barraquinhos” na favela adjacente ao loteamento onde morava. Na época, 2015, recebia R\$ 500 de cada imóvel alugado (cf. GIAVAROTTI, 2018).

Esta espécie de capitalização do ambiente autoconstruído foi em grande parte fomentado pela atualização da “viração” decorrente do desemprego estrutural e da experiência de superfluidade desencadeada pelo colapso, embora a própria estratificação socioeconômica e espacial exposta até aqui posicione as diversas famílias moradoras de maneira diferenciada diante destes acordos informais de locação que se proliferam sem qualquer “juridificação” (KURZ, 1998). O que nos sugere que a emergência deste mercado imobiliário (GIAVAROTTI, 2018) aponta para duas determinações distintas: uma estratificação decorrente deste mercado, mas também derivada da própria agudização da concorrência do mercado de trabalho. Ainda no que respeita ao exercício da mobilidade do trabalho, não nos parece adequado emparelhar a “viração” aos microempreendimentos estabelecidos nas moradias autoconstruídas que, por vezes, envolvem a contratação de um punhado de funcionários ou mesmo o trabalho de parentes em regimes completamente informais, o que guarda muitas semelhanças com a chamada ‘acumulação flexível” (Harvey, 1992), apenas em termos fenomênicos, já que não se trata de uma novo regime de acumulação. Embora ambos respondam à superação capitalista do assalariamento, portanto à sua crise, as condições de reprodução de uma e outra iniciativa são diferentes entre si, aprofundando a estratificação já mencionada. Por fim não custa lembrar a generalização de contratos temporários, informais e precários que marcam as relações de trabalho, por vezes terceirizadas, nos próprios conglomerados dos setores terciários que se disseminaram pelos territórios periféricos, também responsáveis por uma fragmentação entre a própria população trabalhadora. A fragmentação, a estratificação, a superexploração, a desagregação, o desemprego

17 “O levantamento da Prefeitura de São Paulo realizado em 1973 indicou cerca de 70 mil habitantes ou 1% da população do município. Já nova pesquisa realizada, também pela Prefeitura, em 1987, indicou que a população favelada havia alcançado algo como 812 mil habitantes ou 9% da população do município. Os dados do Censo Demográfico de 1991 confirmaram esse crescimento, indicando cerca de 650 mil habitantes em setores subnormais, contra cerca de 375 mil habitantes em 1980” (SARAIVA e MARQUES, 2011, p.106).

estrutural, o empresariamento de si próprio, o trabalho familiar em contexto urbano, a informalidade, a terceirização, as jornadas extenuantes de trabalho, assim como o aprofundamento da concorrência, são características da mobilidade do trabalho encontrada entre membros de famílias moradoras do Jardim Ibirapuera e bairros adjacentes que nos ajudam visualizar a imanência da crise do trabalho e do colapso provocada pelo aumento exponencial da produtividade do trabalho. Estes elementos, por sua vez, nos oferecem pistas para considerar a emergência das outras disparidades sociais já mencionadas na medida em que explicitam a crise da totalidade do trabalho reivindicada pelo marxismo tradicional (POSTONE, 2014, p.84-104) como em Oliveira (1972), as quais se manifestam, por exemplo, no encarceramento, em crescimento massivo desde a década de 1990 e que tem na população negra e jovem seu alvo preferencial (FAUSTINO, 2018). Ou seja, a “desclassificação social” não atinge de forma homogênea a população periférica, sendo a clivagem racial também algo determinante neste processo de estratificação socioeconômica e espacial. Ainda neste particular deve-se levar em conta os efeitos da crise do trabalho sobre a organização das famílias nucleares. Seja o encarceramento, seja a morte violenta praticada pelo Estado ou pelo tráfico, produzem a perda de maridos, filhos e por vezes filhas do núcleo familiar, desencadeando rearranjos indesejados e comprometendo o frágil equilíbrio das contas de casa. Em outras palavras, ao estreitar ou obstruir as possibilidades de exercício da mobilidade do trabalho por parte dos homens, os papéis sociais historicamente herdados do patriarcado se desestabilizam, sem, no entanto, superá-lo¹⁸. O que se manifesta, por exemplo, na generalização de mães solteiras e de mulheres duplamente socializadas que, embora se tornem o arrimo de suas famílias, amiúde recebem rendimentos menores que os homens no mercado¹⁹. Não devem ser desconsideradas ainda a existência de descendentes que, frustrados em seus projetos familiares retornam (ou por vezes nem chegam a sair) à casa dos pais e, obviamente, à sua tutela, experimentando sentimentos difusos de humilhação, invariavelmente somados a períodos de desemprego e desalento. Entretanto, é mister lembrar que não faltarão esforços, por vezes inúteis, de restituir certas posições patriarcais no seio familiar, produzindo violências psicológicas e físicas (femicídio) sobre esposas e filhos e, portanto, recrudescendo o patriarcado em crise.

Nos parece evidente que a “desestabilização dos sujeitos, das identidades, dos significados” (Schwarz, 1999: p.158) e o caráter movediço do cotidiano da “reprodução do colapso” (GIAVAROTTI, 2018) nestas periferias metropolitanas vêm produzindo experiências diversas de sofrimento. Experiências estas cada vez mais difíceis de serem enfrentadas coletivamente, também em razão do lento desatamento dos nós daquela solidariedade forçada pela produção estatal do espaço, aprofundando o anonimato (GIAVAROTTI, 2018) e a mobilidade interperiferias. Um processo, inclusive, coetâneo à expansão do chamado terceiro setor que, além da dependência estrutural que estabelece com a lógica do

18 É notório que os homens encarcerados são bem mais assistidos por familiares do que as mulheres, como atesta o tamanho das filas em dias de visita.

19 Importante reiterar que, embora a modernização retardatária fundada na superexploração das forças de trabalho tenha exigido a participação de mulheres no mercado de trabalho e no espaço público, inclusive como lideranças de alguns movimentos sociais, tal não significou um abalo capaz de destruir a forma social patriarcal em seus fundamentos, inclusive subjetivos, levando a que os chefes de família experimentem sentimentos difusos de humilhação social ao perderem suas posições de “provedores”.

financiamento (público ou privado), produz e aprofunda uma cisão entre gestores (de atividades culturais) e consumidores, mesmo quando de ambos os lados da equação se encontram moradores dos bairros (GIAVAROTTI, 2018). Uma forma particular de empreendedorismo característico do colapso, isto é, trabalho de administração da crise do trabalho (GIAVAROTTI, 2016). Esta forte estratificação socioeconômica encontrada em nossas pesquisas qualitativas sobre o Jardim Ibirapuera e aqui apresentados de forma mais abrangente e menos centrada nas trajetórias de nossos interlocutores, também interessam do ponto de vista de um debate sobre a organização da metrópole. Elas explicitam, em conjunto com a inadequação da teoria do desenvolvimento desigual e combinado para se pensar na relação entre periferia e acumulação de capital, a inadequação de se pensar a organização da metrópole em termos de centro e periferia, uma vez que as antigas periferias de São Paulo vêm produzindo suas próprias centralidades, aquelas da estratificação socioeconômica decorrente do colapso da modernização. Daí que, de nosso ponto de vista, não parece possível simplesmente abstrair este quadro, tão heterogêneo quanto catastrófico, em nome de qualquer identidade homogeneizante como, por exemplo, aquela de classe trabalhadora sans phrase, pressupondo, por sua vez, sua correspondência às áreas periféricas da metrópole de São Paulo.

5 | O FIM DA CLASSE TRABALHADORA E AS NOVAS DISPARIDADES SOCIAIS

Este cenário que, desde a década de 1990, marcou irremediavelmente a reprodução das periferias e a metrópole em geral, aponta para a emergência daquilo que Scholz qualificou como “novas disparidades econômicas e sociais” (SCHOLZ, 2008). Tais disparidades, segundo a autora, já não poderiam ser mais explicadas e apreendidas com referência ao conceito marxista de classe. São duas as razões fundamentais determinadas pela reprodução do capital que permitem Scholz formular a questão nestes termos. A primeira delas refere-se ao fato de que o quadro que despontava em meados da década de 1990 no Brasil já evidenciava aquilo que Kurz qualificou como a “desproletarização da produção” (2006). Isto é, a substituição de trabalhadores por máquinas em razão da revolução microeletrônica que, desde então, não cessou de se aprofundar, vide o fenômeno da chamada indústria 5.0. Portanto, há uma crescente diminuição absoluta de trabalhadores absorvidos por estes capitais, justamente porque são altamente produtivos. A segunda está imediatamente conectada com a primeira, pois diz respeito à exponencial concentração e centralização destes mesmos capitais, tonando-se sociedades anônimas com capital aberto nas bolsas de valores. Este processo suplanta a persona do proprietário dos meios de produção ao mover a “superação capitalista do capital” (MARX, 1988: p. 263-277). Ou seja, o “capital funcionante” se torna crescentemente dependente do “capital portador de juros” sob poder dos bancos, para quem ele deve pagar os juros de créditos tomados para mover novos ciclos produtivos, tornando o dono dos meios de produção uma figura antediluviana.

Como se pode imaginar, a concentração e centralização dos capitais e da determinação do capital fictício se dá forma de forma exógena à reprodução do Jardim Ibirapuera e suas imediações, o que não significa que ele não se manifeste nas práticas socioespaciais de seus moradores. Um elemento que

encontramos em campo diz respeito ao uso crescente do capital fictício nas práticas de consumo das famílias moradoras (SCIRÉ, 2009). Sob a alcunha da “inclusão financeira” as famílias do Jardim Ibirapuera e de outras periferias de São Paulo foram alçadas à condição de consumidoras de capital fictício, seja para consumo individual, seja para empreender. Do ponto de vista do consumo vale considerar que o avanço do crédito para consumo (o que permitiu a estas famílias consumirem mercadorias até então inacessíveis) se deu *pari passu* à sua exclusão dos trabalhos concretos que produzem as mercadorias que consomem. Isto é, diferentemente do circuito de produção e reprodução que organizou a formação das periferias (como apresentado na interpretação de Oliveira no início de nosso artigo), a partir da década de 1990 este circuito se rompeu, tornando o trabalho improdutivo (KURZ, 1996), o consumo e o capital fictício os elos que conectam as famílias moradoras do Jardim Ibirapuera e suas imediações à totalidade do capital (GIAVAROTTI, 2016). É claro, com todas as diferenças e particularidades da estratificação socioeconômica e espacial apresentada acima, as quais, todavia, não anulam a tese aqui apresentada. Do ponto de vista da mobilidade do trabalho, o processo de desagregação social e o entabulamento de uma série de microempreendimentos nas moradias autoconstruídas origina uma miríade de “pequenos patrões” (MARX, 1985: p.422) próprios ao colapso. São os mais diversos tipos de lojas de varejo que se instalam nas casas autoconstruídas do Jardim Ibirapuera e mesmo nas vielas das favelas adjacentes. Embora a consolidação do ambiente autoconstruído ofereça condições relativamente favoráveis ao entabulamento destes microempreendimentos, por vezes funcionando como um capitalzinho inicial (GIAVAROTTI, 2018), tais não podem prescindir do capital fictício para a compra de equipamentos, automóveis e motocicletas (para aqueles que trabalham em empresas plataforma), adaptação das casas às necessidades do novo negócio e assim por diante. A despeito das assimetrias de poder que envolvem o funcionamento destes microempreendimentos (pequenos patrões e funcionários, pais e filhos e/ou filhas) seus rendimentos (“salários” e “lucros” que, categorialmente nem poderiam assim ser qualificados, por isso as aspas) se encontram submetidos ao capital fictício e participam de forma improdutiva (KURZ, 2019) da reprodução do capital. A despeito dos usos distintos que o capital fictício pode adquirir, ambos convergem para a formação de uma população estruturalmente endividada, embora desafie uma atualização do desigual e combinado pela via dos juros, o que mereceria uma reflexão à parte (cf. RIBEIRO, 2015). Estas formas fenomênicas resultante da crise da classe trabalhadora nos territórios periféricos resultam da restauração fictícia da sociedade do trabalho por meio da bolha de commodities que garantiu um “distributivismo de crise” (PITTA, 2021, p.104) e impulsionou uma “sociedade de classe média’ alargada e simultaneamente fragmentada, pluralizada e orientada de modo individualista” (SCHOLZ, 2008) na qual as experiências de sofrimento determinadas por gênero e/ou raça não se diluem (pelo contrário, se aprofundam) mas se tornam polimórficas, igualmente dificultando a construção de identidades coletivas.

6 | CONCLUSÃO

O caminho exposto nos permitiu reconhecer que a superação do desenvolvimento desigual e combinado que determinou a modernização brasileira durante o século XX só pôde se realizar como o seu colapso, reforçando a compreensão de que o capital é “contradição em processo” (MARX, 2011,

p.588). A manifestação desta superação no contexto particular de metropolização de São Paulo apareceu na produção do espaço reivindicada pelos movimentos sociais urbanos e produzida pelo Estado, na crescente finalização das moradias autoconstruídas e, por fim, mas não por último, no aumento exponencial da produtividade do trabalho desencadeada pela revolução microeletrônica. Esta última determinou a crise do trabalho e o colapso da modernização, embora as diferentes temporalidades inscritas na periferização de São Paulo apontam para a necessidade de reconhecimento de uma estratificação socioeconômica e espacial que não se coaduna facilmente com a ideia de uma “desclassificação generalizada”, fazendo emergir novas disparidades econômicas e sociais que, apenas a muito custo, cabem dentro da estrutura de classes legada pelo marxismo tradicional. Portanto, se durante a modernização retardatária se tornava possível ler a autoconstrução e a expansão absoluta do espaço característica da metropolização como extensão da jornada de trabalho que, subtraída aos trabalhadores, alimentava a acumulação dos capitais urbano-industriais, a modernização destes últimos implodiu tal nexos, forjando uma sociedade realmente desconstruída que, a partir do distributivismo de crise sustentado pela bolha de commodities administrada pelo Partido dos Trabalhadores, apenas poderia dar origem a uma “‘sociedade de classe média’ alargada e simultaneamente fragmentada, pluralizada e orientada de modo individualista” (SCHOLZ, 2008). E embora o desconstrucionismo filosófico e suas ramificações continuem angariando adeptos e adeptas dentro das universidades desde a década de 1970 (cf. SCHWARZ, 1999), tal não faz mais do que preconizar a desconstrução de relações sociais e identidades que “já se tornaram obsoletas em sentido capitalista” (SCHOLZ, 2014, p.135). ■

Recebido em: 24-05-2023

Aceito em: 13-07-2023

REFERÊNCIAS

- BOECHAT, Cássio de Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos de Almeida. “Pioneiros” do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola. *Revista NERA*, v. 22, n. 47, pp. 87-122. 2019.
- BROWN, Mano. Red Bull Music Academy Festival São Paulo. São Paulo, Red Bull Station, 05 jun. 2017. Entrevista a André Caramante.
- DAMIANI, Amélia Luisa. “A crise da cidade: os termos da urbanização”. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima; (orgs.). *O espaço no fim de século*, São Paulo: Editora Contexto, 1999, pp. 118-132.
- FELTRAN, Gabriel. “Transformações sociais e políticas nas periferias de São Paulo”. In: KOWARICK, Lúcio; MARQUES, Eduardo. (orgs.). *São Paulo: novos percursos e atores*. São Paulo: Editora 34 e CEM, 2011.
- _____. *Irmãos, uma história do PCC*. Companhia das Letras: São Paulo, 2018.
- _____. Formas Elementares da vida política: sobre o movimento totalitário no Brasil (2013-). *Novos Estudos Cebrap*, 2020. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/formas-elementares-da-vida-politica-sobre-o-movimento-totalitario-no-brasil-2013/>. Acesso em: 21 out. 2020.
- FAUSTINO, Deivison (Nkosi). “Reflexões indigestas sobre a cor da morte: as dimensões de classe e raça da violência contemporânea”. In: FEFFERMANN, Marisa et all (orgs.). *As interfaces do genocídio: raça, gênero e classe*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2018. pp. 141-158.
- FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução*. Editora Elefante: São Paulo, 2019.
- GAUDEMAR, Jean Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação de capital*. Lisboa: Editora Estampa, 1977.
- _____. 2012. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- _____. *Revista Áskesis – Dossiê Sociologia(s) do Trabalho* v. 5, n. 1, pp. 45-58. 2016.
- _____. 2018. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- _____. Seminário de Estudos Urbanos e Interdisciplinaridade. no prelo.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. *A força da periferia*. Editora Vozes: Petrópolis, 1985.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. Edições Loyola: São Paulo, 1992.
- KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Paz e Terra: São Paulo, 1980.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993.
- KURZ, Robert. “A falta de autonomia do Estado e os limites da política”. In: *Os últimos combates*. Editora Vozes: Petrópolis, 1998.
- KURZ, Robert. “A não-simultaneidade no interior do capitalismo”. In: KURZ, Robert (org.). *Ler Marx – os textos mais importantes de Karl Marx para o século XXI*. 2001. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz417.htm> . Acesso em: 10 mai. 2022.
- KURZ, Robert. O declínio da classe média. Folha de São Paulo, São Paulo, 19 set. 2004. Caderno Mais!
- KURZ, Robert. A ascensão do dinheiro aos céus: os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de cassino e a crise financeira global. *Revista Geografares, Vitória*, n. 28, p. 55-115, 2019.
- LEFEBVRE, Henri. . Porto: Publicações Escorpião, 1973.
- LEITE, Ana Carolina Gonçalves. Expansão capitalista no Vale do Jequitinhonha: pautas para a discussão do problema da acumulação primitiva. *Revista Pegada*, n. 2, v. 16, p. 179-201, dez/2015.

- LOWY, Michel. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Revista Outubro, n. 1, pp. 73-80, 1998.
- LOJKINE, Jean. O papel do Estado na Urbanização Capitalista - da política estatal à política urbana. In: FORTI, Reginaldo (Org.). *Marxismo e Urbanismo Capitalista*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, p. 15-51.
- MARX, Karl. *O Capital – crítica da Economia Política*. Livro I. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- MARX, Karl. *O Capital – crítica da Economia Política*. Livro III. São Paulo: Abril Cultural, 1986.
- MARX, Karl. *Grundrisse – Manuscritos econômicos de 1857-1858 - Esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo editorial, 2011.
- MAGALHÃES JR., José César de; TELLES, Vera da Silva. O mercado da dívida: formas biopolíticas de um controle das populações periféricas urbanas. 2006. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- MOISÉS, José Álvaro. “O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais”. In: Cidade, Povo e Poder. Editora Paz e Terra e Centro de Estudos de Cultura Contemporânea: São Paulo, 1982, pp. 14-30.
- MARINI, Ruy Mauro. “Dialética da Dependência”. In: TRESPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). Ruy Mauro Marini – vida e obra. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2005.
- MARTINS, José de Souza. *Subúrbio*. Editora Hucitec e Prefeitura de São Caetano do Sul: São Paulo – São Caetano do Sul, 1992.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1977.
- OLIVEIRA, Francisco de. O estado e o urbano no Brasil. In: Espaço e debates – Revista de Estudos Regionais e Urbanos. pp. 36-64, 1982.
- OLIVEIRA, Francisco de. “O surgimento do Antivalor: Capital, força de trabalho e fundo público”. In: Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita. Editora Vozes: São Paulo, 1998.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003a.
- OLIVEIRA, Francisco de. *O ornitórrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003b.
- OLIVEIRA, Francisco de. Roda Viva. São Paulo, TV Cultura, 01 dez. 2003c. Entrevista coletiva.
- POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social*. Boitempo Editorial: São Paulo, 2014.
- PITTA, F. O crescimento e a crise da economia brasileira no século XXI como crise da sociedade do trabalho – bolha das commodities, capital fictício e crítica do valor-dissociação. Revista Sinal de Menos, São Paulo, v. 1, n. 14, p. 38-147, 2020.
- RIBEIRO, Ana Sylvia Maris; ALFREDO, Anselmo. “Vai crédito hoje”?: do “curto-circuito” ao blackout da reprodução crítica do capital fictício em São Paulo. 2015. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- RODRIGUES, Arlete; SEABRA, Manoel. Habitação e espaço social na cidade de São Paulo. Boletim Paulista de Geografia da Associação dos Geógrafos do Brasil, n. 64, p. 19-64, 1986.
- SADER, Éder. *Quando novos personagens entraram em cena – Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.
- SARAIVA, Camila; MARQUES, Eduardo. “Favelas e periferias nos anos 2000”. In: KOWARICK, L; MARQUES, E. (orgs.). *São Paulo: novos percursos e atores*. Editora 34 e CEM: São Paulo, 2011.
- SEABRA, Odete Carvalho de Lima. Urbanização e Fragmentação – cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do bairro do Limão. Livre Docência do PPGH- FFLCH, USP, 2003.

- SCHOLZ, Roswitha. "Patriarchy and commodity society: gender without body". In: *Marxism and the critique of value*. Orgs. LARSEN, Neil; NILGES, Mathias; ROBINSON, Josh; BROWN, Nicholas. M-C-M' Press: Chicago, 2014.
- SCHOLZ, Roswitha. "A nova crítica social e o problema das diferenças – disparidades econômicas, racismo e individualização pós-moderna". 2004. Disponível em: http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz3.htm . Acesso em: 10 mai. 2022.
- SCHOLZ, Roswitha. "O ser-se supérfluo e a 'angústia da classe média' – o fenômeno da exclusão e a estratificação social no capitalismo". 2008. Disponível em: http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz8.htm . Acesso em: 10 mai. 2022.
- SCHOLZ, Roswitha. "Forma social e totalidade concreta – na urgência de um realismo dialético hoje". 2009. Disponível em: http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz8.htm . Acesso em: 10 mai. 2022.
- SCHOLZ, Roswitha. Cristovão Colombo Forever? – para a crítica das atuais teorias da colonização no contexto do "colapso da modernização". *Revista Geografares, Vitória*, n. 28, p. 116-169, 2019.
- SCHWARZ, Roberto. "Fim de século". In: *Sequências Brasileiras*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1999a.
- _____. "Um seminário de Marx". In: *Sequências Brasileiras*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1999b.
- SCIRÉ, Cláudia. "Uma etnografia multissituada das práticas populares de consumo". *Revista Plural, São Paulo*, n. 16 (1), p. 93-100, 2009.
- SMITH, Neil. *O desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.
- SPYER, Juliano. *Povo de Deus – quem são os evangélicos e por que eles importam*. 3ª edição. São Paulo: Editora Geração, 2021.
- TELLES, Vera da Silva. "Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70". In: *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. Orgs. SCHERER-WARREN, I; KRISCHKE, P. J. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- _____. "Trabalho, cidade e os elos perdidos da política". In: *Francisco de Oliveira, a tarefa da crítica*. Orgs. RIZEK, Cibele e ROMÃO, Wagner. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.